**PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ELUCIDAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES**
**PSYCHOLOGY AND EDUCATION: THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN
CLARIFYING SEXUAL EDUCATION FOR ADOLESCENTS**

Rian Custódio Martins¹

Thiago Leal de Carvalho²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da atuação do profissional da psicologia na elucidação da educação sexual para crianças e adolescentes no ambiente escolar, através da análise de trabalhos, sobre educação sexual realizados na rede pública de ensino brasileiro. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão biográfica. Os dados obtidos revelam que embora a prática da educação sexual esteja prevista por lei, e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ainda há muita dificuldade quanto a sua efetiva aplicação. Problemas como a falta de comprometimento com a prática e com a formação dos profissionais designados para exercer tais funções são frequentes e prejudicam o resultado das ações. Somado a isso, a influência cultural, religiosa e social que deturpam o real objetivo da educação sexual, e a omissão não apenas da equipe escolar, mas também das famílias, no processo formativo. Além disso, ainda que seja um tema presente no contexto escolar há alguns anos, os trabalhos analisados, evidenciaram que os avanços na área da educação sexual foram quase nulos. Em conclusão, uma educação sexual efetiva, tal qual prevista nos PCNs e na lei, só é possível com intervenção do profissional da psicologia, cuja prática se baseia na promoção da saúde e prevenção de doenças, sem deixar que aspectos culturais, sociais ou religiosos interfiram em sua atuação, tendo por lei o dever de garantir o sigilo profissional.

Palavras-chave: Educação sexual. Psicologia escolar. Rede pública de ensino. Adolescência e sexualidade. Formação de professores.

¹ Graduado em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Governador Valadares/MG.

E-mail: psi.rianmartins@gmail.com

² Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em MBA em Finanças, Auditoria e Controladoria e MBA em Finanças com Ênfase em Mercado de Capitais pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Especialista em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). Especialista em Contabilidade com Ênfase em Tributos e Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Graduado em Administração pela Faculdade Anhanguera de Governador Valadares. Licenciado em Matemática pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera.

E-mail: thiago.carvalho@ufjf.br / thiago.leal@kroton.com.br

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of the psychologist's role in clarifying sexual education for children and adolescents within the school environment, through the analysis of works on sexual education carried out in the Brazilian public education system. The research was conducted through a bibliographic review. The data obtained reveal that, although sexual education is provided for by law and included in the National Curricular Parameters (PCNs), its effective implementation still faces significant challenges. Issues such as the lack of commitment to practice and the inadequate training of professionals designated for this role are frequent and compromise the effectiveness of the actions. In addition, cultural, religious, and social influences often distort the true purpose of sexual education, and there is an evident omission not only by school staff but also by families in the educational process. Furthermore, although this is a recurring topic in the school context, the analyzed studies showed that progress in the field of sexual education has been minimal. In conclusion, effective sexual education, as foreseen in the PCNs and legislation, is only possible through the intervention of psychology professionals, whose practice is grounded in health promotion and disease prevention, without allowing cultural, social, or religious factors to interfere in their professional conduct, while also being legally bound to maintain confidentiality.

Keywords: Sexual education. School psychology. Public education system. Adolescence and sexuality. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual, bem como a gravidez na adolescência e o preconceito com relação ao gênero e sexualidade são questões que afligem diversas sociedades e culturas, de modo especial o Brasil. Entre os anos de 2011 e 2017, o Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) detectou uma concentração de 76,5 % dos casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes, onde a grande maioria dos casos notificados, ocorreram na residência das vítimas, tendo como agressor pessoas conhecidas (Bellucci; Souza, 2023). Tendo em vista que nem todos os casos são notificados, por diversas razões, sendo parte delas o medo e o desconhecimento do que se trata aquela violência, medidas educativas devem ser tomadas para garantir a todos o direito à vida de qualidade, proteção e assistência integral, promovendo o diálogo, e uma educação sexual efetiva e inclusiva.

Desta forma, a pesquisa, analisou a forma como se deu o diálogo e a interpretação do tema sexualidade nas escolas nos últimos 10 anos, bem como o discurso proposto pelos teóricos das áreas de psicologia e pedagogia acerca do tema, além de incluir uma análise minuciosa das práticas até então vigentes.

Outrossim, é de suma importância entender em que se baseia as práticas adotadas pelos professores e demais profissionais da educação com relação ao tema da sexualidade, além de analisar os resultados obtidos com relação aos benefícios e malefícios que essas práticas podem proporcionar, uma vez que, aspectos culturais e religiosos passados de geração em geração, podem contribuir negativamente com as práticas de cuidado com a saúde sexual, bem como, com o combate a gravidez na adolescência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de compreender de que forma o tema da sexualidade tem sido abordado no ambiente escolar, bem como, os resultados obtidos, uma vez que é evidente a necessidade de proporcionar aos adolescentes um ambiente seguro e acolhedor, onde temas como sexualidade, preconceito e saúde sexual, possam ser debatidos a fim de proporcionar aos adolescentes o conhecimento necessário para o respeito a si e ao outro, além de capacitá-los para o autocuidado. Além disso, sua importância se justifica não apenas por trazer luz a essas práticas como também por evidenciar a forma como aspectos culturais e religiosos influenciaram negativamente tais ações.

Diante do contexto apresentado a pergunta norteadora foi de que forma a atuação do profissional da psicologia pode contribuir para a promoção da saúde sexual e mental de crianças e adolescente no contexto escolar? Para responder o problema de pesquisa, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi compreender as possibilidades e desafios de atuação do psicólogo referente a educação sexual no contexto escolar bem como os benefícios que tal atuação pode propiciar, de modo especial, no enfrentamento a verdades já estabelecidas por tradição cultural e religiosa. Já os objetivos específicos da pesquisa foram discorrer sobre a importância da educação sexual no contexto escolar, e, compreender os principais desafios de implementação de programas de educação sexual nas escolas, e as possíveis contribuições que um profissional da psicologia pode proporcionar.

2 – MÉTODO

A pesquisa realizada foi uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, onde foram pesquisados livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados Scielo, Pepsic e Google

acadêmico. Os textos selecionados para estudo foram os trabalhos publicados nos últimos 10 anos. Os critérios de inclusão foram: artigos em português realizados no Brasil. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “escola”, “sexualidade”, “educação sexual”, “psicologia escolar”, “desenvolvimento humano” e “prevenção”.

3 – REVISÃO DE LITERATURA

A educação sexual nas escolas brasileiras é um campo amplamente estudado devido à sua relevância para o desenvolvimento de jovens no ambiente escolar. Diversos autores destacam a importância de integrar este tema de forma transversal no currículo escolar, conforme proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998), que objetivam desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica e responsável da sexualidade (Gesser *et al.*, 2012). Segundo Furlanetto *et al.* (2018), a implementação dessa abordagem, no entanto, ainda encontra barreiras práticas, especialmente devido à falta de capacitação específica para educadores, o que resulta em práticas pedagógicas restritas, muitas vezes sustentadas por concepções tradicionais e moralizantes. Além disso, os estudos evidenciaram que diferente do que é proposto no documento, a educação sexual que as crianças e adolescentes recebem na escola se restringe, na maioria dos casos a projetos realizados em sua maioria por profissionais da medicina e enfermagem, tendo como foco o fornecimento de informações relacionadas exclusivamente a aspectos biológicos. Outrossim, diferente do que se prega no PCN, a educação sexual tem tido aspecto extraordinário, sendo uma atividade que não faz parte da vida acadêmica desses alunos e professores.

A educação sexual na rede pública de ensino, embora seja uma prática prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1997; 1998), tende a ser executada de forma supérflua e carregada de concepções culturais e religiosas, isso, quando são de fato realizadas. A partir dos PCNs, compreende-se que trabalhar as questões de sexualidade e gênero nas escolas da rede pública de ensino é mais que uma necessidade, é oferecer aos discentes uma educação completa que os possibilite uma maior compreensão de si e de todas as realidades nas quais estão inseridos, visando a execução da tarefa abordando não só aspectos biológicos e preventivos, como também a sexualidade como um todo.

Pensar que a sexualidade não deve ser trabalhada nas escolas é fechar os olhos para a realidade na qual estamos inseridos. Uma vez que a adolescência é uma fase de desenvolvimento humano que pauta grandes mudanças biológicas, psicossociais e cognitivas. Além disso, é de suma importância enfatizar que a sexualidade está presente em diversas fases da vida, começando no nascimento e indo até a velhice. Neste contexto Freud diz:

Mas, agora sim, estou realmente certo do espanto dos ouvintes: “existe então- perguntarão- uma sexualidade infantil?” “A infância não é, ao contrário, o período da vida marcado pela ausência do instinto sexual?” Não meus senhores. Não é verdade certamente que o instinto sexual, na puberdade, entre no indivíduo como, segundo o Evangelho, os demônios nos porcos. A criança possui, desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provêm, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; ao contrário, deixa-las passar despercebidos ou incompreendidas é que é preciso considerar-se grave” (Freud 1970, p.39;40 apud Nunes; Silva, 2000, p.46).

Desse modo, o que a educação no Brasil, de modo geral, tem feito, é ir em oposição ao que é ensinado por Freud. Além de tentar separar o ser humano da sexualidade, fazendo assim, que ela fique em casa e não seja um assunto que deve ser abordado na escola, tem cometido o erro por ele, considerado grave: fazer passar despercebida aspectos da sexualidade humana, simplesmente ignorando sua existência ou terceirizando a função de conceder aos discentes uma educação integral e de qualidade, tal qual proposta nos PCNs.

Contudo, “A sexualidade se constitui num assunto amplo presente na sociedade em geral e no cotidiano escolar e que permanece na condição de ‘tabu’ em vários ambientes da sociedade” (Santos, 2009, p. 60). Sobretudo nas famílias, que sentindo dificuldade em abordar naturalmente a sexualidade com os filhos passam a responsabilidade primordial para a escola, que embora seja um local propício para tal discussão, pensando a sexualidade tal qual apresentada por Santos (2009), como uma questão que extrapola a dimensão biológica dos seres humanos e vai de encontro à dimensão cultural, a escola nem sempre está preparada para assumir tal demanda (Freire *et. al*, 2017).

Furlanetto *et al.* (2018) indicam que a formação de professores é essencial para o desenvolvimento de uma prática educativa eficaz em sexualidade, fundamentada em uma visão crítica e inclusiva. A pesquisa de Maia *et al.* (2012) ressalta que a educação sexual deve ir além da transmissão de informações biológicas, incluindo

aspectos sociais, culturais e afetivos que englobam a formação integral do aluno. Este estudo reforça a necessidade de práticas que promovam a autonomia e a reflexão dos adolescentes, ampliando sua compreensão sobre temas como identidade de gênero e padrões culturais de beleza, temas muitas vezes negligenciados nas abordagens tradicionais.

No mesmo sentido, Gesser *et al.* (2012) abordam a contribuição da Psicologia Escolar para a formação contínua dos educadores no tratamento de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Eles apontam que, embora os PCN incentivem uma abordagem mais inclusiva, muitos educadores ainda enfrentam dificuldades ao trabalhar temas que desafiam normas sociais tradicionais. A falta de preparação é evidenciada pelo predomínio de práticas que reforçam o estigma e a discriminação, em vez de promoverem uma educação sexual que acolha e valorize a diversidade.

Desse modo evidencia-se a necessidade da atuação do profissional da psicologia como o agente que conduziria uma formação contínua com os formadores da rede pública de ensino, uma vez que quando nem a família, nem a escola assume o papel de educador sexual na vida dessas crianças e adolescentes, tendo a dúvida e a necessidade inerente de viver a sexualidade, ou seja, um impulso biológico, esses jovens se tornam despreparados e vulneráveis às opiniões de amigos, adultos e aos meios de comunicação de massa (Freire *et al.*, 2017), trazendo prejuízos enormes, tais quais a gravidez na adolescência, exposição à nudez, transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, vícios em pornografia e masturbação, dentre outros.

A resistência de educadores ao tratamento da sexualidade nas escolas é frequentemente atribuída a suas próprias formações e experiências culturais e religiosas, que podem limitar a implementação de práticas mais inclusivas (Leite *et al.*, 2021). Em um estudo sobre intervenções de psicólogos na educação sexual, Leite *et al.* observaram que muitos profissionais tendem a abordar o tema de forma punitiva, refletindo uma falta de preparo para lidar com as demandas dos alunos. Além disso, os estudos evidenciaram que enquanto algumas escolas que tratam do assunto da educação sexual, o fazem através dos professores de biologia e ciências, outras optam por convidar religiosos – como padres, pastores e comunidades cristãs – que pregam o preconceito a discriminação e a questão da sexualidade como um desvio do padrão. Esse cenário destaca a importância de capacitar os educadores para que possam desempenhar seu papel de forma crítica e reflexiva, conforme discutido por

autores como Furlanetto *et al.*, que sugerem uma educação sexual pautada nos direitos humanos e na promoção de uma cultura de respeito e inclusão.

Além disso, a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, especialmente baseada em Vigotski, é amplamente utilizada como embasamento para intervenções escolares em educação sexual, permitindo que o educador atue como mediador do processo de ensino e aprendizagem. Essa abordagem, que vê o desenvolvimento humano como um fenômeno construído social e culturalmente, contribui para que as escolas abordem a sexualidade de forma contextualizada, valorizando a individualidade e os contextos de cada aluno (Leite *et al.*, 2021). Segundo a Psicologia Escolar, ao atuar como mediadores, os psicólogos auxiliam os professores a enfrentar dilemas éticos e a promover práticas educacionais que respeitem as diversidades culturais e individuais dos alunos, propiciando um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

A educação sexual, conforme discutem Furlanetto *et al.* (2018), não deve ser restrita a questões de prevenção de doenças e gravidez, como é comum na abordagem médico-informativa. A proposta defendida pelos autores busca uma educação que possibilite a discussão de temas amplos e essenciais, como identidade, respeito às diferenças e combate ao preconceito. Esse modelo vai ao encontro do que destacam os PCN, que incentivam o tratamento da sexualidade como tema transversal, perpassando diferentes disciplinas e promovendo o desenvolvimento integral do aluno (Brasil, 1998).

Por isso, Freire (2019) destaca ser fundamental a atenção sobre o tema da sexualidade no ambiente escolar, uma vez que aspectos psicossociais acerca do exercício da sexualidade podem levar ao enfrentamento de situações como gravidez na adolescência, transmissão de ISTs, aborto e outras questões que podem impactar diretamente na vida acadêmica e social do indivíduo.

À vista disso, o atendimento, antes mesmo do início das atividades sexuais, para ajuda-los a lidar com a sua sexualidade de forma positiva e responsável, incentivando comportamentos de prevenção e de autocuidado, deverá ocorrer nos moldes do sigilo e da privacidade (Brasil, 2009).

Em sua pesquisa, Freire (2019), observou que além das muitas dúvidas apresentadas pelos adolescentes que participaram de seu projeto, havia sinais explícitos da ausência do diálogo com os pais, deixando diversas lacunas que eram preenchidas através de conversas com amigos, com os quais haviam contato na

escola e também através da internet. Enquanto os pais os repreendiam a cada pergunta feita sobre o tema da sexualidade, eles procuravam suprir suas dúvidas com a internet, com seus próprios parceiros e até mesmo com pessoas desconhecidas.

Além disso, a autora do projeto também observou que um dos assuntos que propiciaram maior discussão foi a questão da homossexualidade, que foi abordada pelos alunos sob viés religioso, mostrando certa contrariedade a prática (Freire, 2019, p. 7). Contudo, embora os alunos tenham sido por ela, conduzidos a pensar a homossexualidade sob outros aspectos, ensinando-os a pensar com empatia, a própria autora comete uma prática preconceituosa, obviamente não intencionalmente, ao utilizar a expressão “opção sexual” que caiu em desuso, dando lugar a “orientação sexual”, evitando assim más interpretações, uma vez que as crianças e adolescentes poderiam interpretar a orientação sexual como uma opção (Prates; Viana, 2007).

No entanto, foi observado que a visão que os alunos expressaram sobre a questão da homossexualidade convergem perfeitamente com a visão observado em diversos outros estudos, segundo os quais os jovens entendem a homossexualidade como anormal, não natural ou pecado, revelando a necessidade da desconstrução do preconceito, principalmente por meio da educação, uma vez que a sexualidade deve, dentre outras formas, ser considerada aspecto cultural (Silva; Paiva; Parker, 2013).

Assim sendo, a educação sexual busca apresentar argumentos sobre o tema, não para problematizá-lo, mas para evidenciar sua presença na história e cultura da sociedade, auxiliando na compreensão das crenças e preconceitos ao longo do tempo (Macedo et al., 2013).

Contudo, mais do que educar para sexualidade, é necessário educar para as relações de gênero (Santana; Messias; Pinho, 2021), enfatizando a diferença entre gênero e sexo, e abrangendo a questão cultural que envolve as concepções do termo e sua evolução ao longo da história. Uma vez que a identidade de gênero e sexual podem ser definidas como uma mera repetição de comportamentos legitimados pela cultura, a partir do que é visto como ser homem ou mulher.

Entretanto,

tanto a discussão de gênero quanto da sexualidade, constituem, marcadores de diferença, aspecto fundamental no processo de construção da identidade, abarcando possibilidades ao desenvolvimento humano que **não se reduzem ao ato sexual ou potencialidade reprodutiva**, mas se relacionam com a forma de performar o mundo (Santana; Messias; Pinho, 2021, p. 3). Grifo meu.

Neste contexto, as questões de sexualidade e gênero nas escolas devem ser pautadas não apenas visando o aspecto biológico reprodutivo, mas levando em consideração a forma de viver a sexualidade como parte integrante de seu ser. Santana, Messias e Pinho (2021), destacam que a postura da equipe escolar ao tratar de temas como estes, são decisórias para instaurar na escola uma cultura de paz e respeito e a valorização das diferenças existentes. Por isso, é importante destacar que a escola não apenas reproduz as concepções de gênero já existente, mas ela própria as produz. “A sexualidade está na escola por que faz parte do sujeito, não é, ao contrário do que as práticas demonstram, algo que possa ser desligado ou despido” (Louro, 1999, p. 80-81 apud Santana; Messias; Pinho, 2021, p. 3).

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender a importância da atuação do psicólogo na elucidação da educação sexual para crianças e adolescentes. Os resultados obtidos permitiram confirmar que a educação sexual nas escolas brasileiras, embora prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é uma prática ausente na maioria das escolas no território nacional. Contudo, àquelas em que a prática da educação sexual se faz presente, quase sempre são realizadas por profissionais da área da biologia – os próprios professores – ou por profissionais da saúde, mas voltados para cunho biológico, sem o devido preparo para tratar de assuntos, tais quais sexualidade, gênero e sexo.

Nos trabalhos analisados percebeu-se uma grande lacuna no que é conhecido sobre sexualidade, não apenas pelos alunos, mas por toda a equipe escolar. No entanto, evidenciou-se que essa lacuna tem sido preenchida, pelos estudantes através dos meios digitais, pelos quais fazem pesquisas, acessam conteúdos pornográficos, são vítimas de assédio e violência sexual, além de se expor demasiadamente a pessoas estranhas e mal intencionadas. Não obstante, devido a essa exposição e a falta de apoio, não apenas por parte da equipe escolar, mas também por uma terceirização da função familiar, que coloca nas escolas a responsabilidade de educar sexualmente seus filhos, adolescentes e até mesmo crianças, sofrem com infecções sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Sendo assim, a presença do psicólogo no ambiente escolar se faz necessária, não apenas para conduzir as atividades referentes à educação sexual, mas também

para dá apoio e o suporte que as crianças e adolescentes necessitam. Embora por lei seja prevista uma educação integral que prepare o sujeito para a vida, esta garantia é ainda utópica. A presença do profissional da psicologia no ambiente escolar propiciará, não apenas uma efetiva abordagem dos assuntos referentes à sexualidade do sujeito como algo integral e inerente à condição humana, como também, o preenchimento das lacunas deixadas pelas famílias omissas, e pela equipe escolar. Além disso, o psicólogo se caracteriza como o profissional adequadamente preparado para lidar com tais demandas abordando de forma profissional os conteúdos sem a interferência de aspectos culturais e religiosos, priorizando não crenças individuais, mas o bem estar do indivíduo.

REFERÊNCIAS

DA EDUCAÇÃO, Estado. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias, 2008.

DA SILVA FREIRE, Ana Karla *et al.* **Aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência:** diálogos e aprendizagem na escola. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, v. 38, n. 1, p. 3-14, 2017.

EUZÉBIO, Alessandro. **Fases de desenvolvimento psicossociais em Freud** [em linha]. jun. 2023.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura.** Cadernos de pesquisa, v. 48, p. 550-571, 2018.

GESSER, Marivete et al. **Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 16, p. 229-236, 2012.

LEITE, Fernanda; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. **Atuação em Psicologia Escolar:** intervenções com profissionais sobre educação sexual. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, p. e231489, 2021..

MACEDO, Senei da Rocha Henrique *et al.* **Adolescência e sexualidade:** scripts sexuais a partir das representações sociais. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 66, p. 103-109, 2013.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural.** Psicologia em Estudo, v. 17, p. 151-156, 2012.

NACIONAIS, INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo.** Iniciação científica: destaques, v. 1, p. 313-392, 2007.

SANTANA, Clara Gomes; MESSIAS, Franciele Reis; PINHO, Maria José Souza. **Gênero, sexualidade e escola:** o que e quem tem pesquisado na educação básica? Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE), v. 1, n. 1, p. e202106-e202106, 2021.

SERRA, Ana Sudária de Lemos *et al.* **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.** In: Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. 2009. p. 51.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; PAIVA, Vera; PARKER, Richard. **Juventude religiosa e homossexualidade:** desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 17, n. 44, p. 103-117, 2013.